

Instaurações discursivas da organização do conhecimento: H. E. Bliss e a International Society for Knowledge Organization (ISKO)

Rodrigo de Sales

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)- Niterói, RJ – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0144377022254487>

E-mail: rodrigosaes@vm.uff.br

Eduardo Ismael Murguia

Pós-Doutorado pelo Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil.

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói, RJ – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/8804558693582234>

E-mail: murguia@vm.uff.br

Submetido em: 23/09/2013. Aprovado em: 04/08/2016. Publicado em: 26/06/2017..

RESUMO

O discurso da organização do conhecimento encontra espaço de fortalecimentos científico e institucional no âmbito da International Society for Knowledge Organization (ISKO), desde finais do século XX. Comumente, os enunciados desse discurso atribuem à Bliss (1929, 1933) a origem da organização do conhecimento enquanto espaço investigativo, pautado, sobremaneira, pelas questões atinentes aos sistemas de classificação e aos sistemas de relações conceituais, como os tesouros. Mediante a consideração de que o termo organização do conhecimento já aparece em artigo de Otlet (1903), este trabalho consiste em observar e refletir a respeito das possíveis associações teóricas entre os conceitos de Bliss e Otlet. O escopo textual da presente reflexão, além dos já citados textos de Bliss e Otlet, são artigos de Dahlberg (1993, 1995) e Hjørland (2003, 2008), que podem ser considerados fundantes de novas proposições discursivas. Do ponto de vista metodológico, o estudo foi norteado pela perspectiva de um texto de Michael Foucault – *O que é um autor?* (1992), para o qual o autor, sendo um nome próprio, não é simplesmente uma referência, mas possui outras funções indicadoras. Os resultados deste estudo reflexivo e interpretativo apontam que Dahlberg outorgou um estatuto especial à obra de Bliss, o que implica que ela, e a de autores posteriores, desdobraram o pensamento e a aplicabilidade dessa obra, instaurando Bliss como fundador de um discurso, apropriado e reinterpretado pela ISKO. A respeito de Otlet, verifica-se que ele não é fundador de um discurso no qual se articule a organização do conhecimento tratada no âmbito da ISKO. Porém, percebe-se uma aproximação de sua obra no que diz respeito à questão da recuperação da informação, presente nos enunciados de Hjørland. Assim, o discurso da organização do conhecimento de Otlet pode vir a contribuir e se associar com o discurso fomentado pela ISKO.

Palavras-chave: Henry Evelyn Bliss. Organização do conhecimento. International Society for Knowledge Organization (ISKO).

Discursive establishment of Knowledge Organization: H. E. Bliss and International Society for Knowledge Organization (ISKO)

ABSTRACT

The discourse of knowledge organization has been scientifically and institutionally reinforced by the International Society for Knowledge Organization – ISKO since the late twentieth century. This discourse often accredits to Bliss (1929, 1933) the origins of knowledge organization as an area of investigation based mainly on issues regarding classification systems and conceptual relation systems, such as the thesaurus. Acknowledging the fact that the term “knowledge organization” is already present in an article by Otlet (1903), this work consists of the observation and reflection on the possible theoretical associations between the concepts of Bliss and Otlet. The textual scope of this reflection includes, in addition to the already mentioned texts by Bliss and Otlet, works by Dahlberg (1993, 1995) and Hjørland (2003, 2008) who can be considered founders of a new discursive perspective. From the methodological point of view, this study was guided by a text by Michael Foucault – What is an author? (1992). Foucault believes that, as a name, the author is not only a reference, but also has other indicative functions. The results of this reflexive and interpretive study show that Dahlberg granted a special status to Bliss’s work, which implies that he and later authors developed those ideas and their applicability, establishing Bliss as the founder of a discourse, appropriated and reinterpreted by ISKO. Regarding Otlet, we verified that he is not the founder of a discourse linked to knowledge organization in ISKO’s approach. However, we verified that his work closely addresses the issue of information recovery, present in Hjørland. In this way, Otlet’s knowledge organization discourse can contribute and become associated with a discourse fostered by the ISKO.

Keywords: Henry Evelyn Bliss. Knowledge Organization. International Society for Knowledge Organization (ISKO).

Instauraciones discursivas de la organización del conocimiento: H. E. Bliss y la Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO)

RESUMEN

El discurso de la organización del conocimiento encuentra espacio de fortalecimiento científico e institucional en la International Society for Knowledge Organization (ISKO, desde finales del siglo XX. Comúnmente, los enunciados de ese discurso atribuyen a Bliss (1929, 1933) el origen de la organización del conocimiento como un espacio de investigación, dirigido, en gran medida, por las cuestiones relativas a los sistemas de clasificación y los sistemas de relaciones conceptuales, como tesauros. Al llevar en cuenta que el término organización del conocimiento ya figura en un artículo de Otlet (1903), este trabajo observa y reflexiona sobre las posibles asociaciones teóricas entre conceptos de Bliss y Otlet. El alcance textual de esta reflexión, además de los textos Bliss y Otlet ya mencionados, son los artículos de Dahlberg (1993, 1995) y Hjørland (2003, 2008), que pueden ser considerados fundación de nuevas proposiciones discursivas. Desde un punto de vista metodológico, el estudio fue guiado por la perspectiva de un texto de Michael Foucault - ¿Qué es un autor? (1992), para quien el autor, al ser un nombre propio, no es sólo una referencia, al tener otras funciones indicadoras. Los resultados de este estudio reflexivo e interpretativo indican que Dahlberg concedió estatus especial a la obra de Bliss, lo que implica que ella, y la de autores posteriores, desplegaron el pensamiento y la aplicabilidad de este trabajo, instaurando Bliss como fundador de un discurso, adecuado y reinterpretado por ISKO. Cuanto a Otlet, resulta que él no es el fundador de un discurso en el que se articula la organización del conocimiento de que trata ISKO. Sin embargo, se nota un acercamiento a su trabajo con respecto a la cuestión de recuperación de la información, presente en las declaraciones de Hjørland. De este modo, el discurso de organización del conocimiento de Otlet potencialmente puede contribuir y unirse con el discurso fomentado por ISKO.

Palabras clave: Henry Evelyn Bliss. Organización del conocimiento. Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO).

ENUNCIANDO OS DISCURSOS

Em 2006, Andersen & Skouvig escreveram um artigo sobre a organização do conhecimento, tratando de fazer uma análise crítica sociológica. Para tal fim, recorreram à tendência notada na revista *Library Quarterly*, propondo introduzir a teoria da comunicação de Habermas para os estudos de biblioteconomia. No entanto, os autores sugerem introduzir também a teoria da arqueologia do discurso de Foucault para complementar suas intenções. Destacamos que para nosso interesse, centraremos nossa observação unicamente nas reflexões que esses autores fazem sobre Foucault.

Seguidamente, Andersen & Skouvig (2006) tratam de delimitar o conceito de organização do conhecimento com o qual trabalham. Assim, os autores afirmam que, tradicionalmente, a biblioteconomia e a ciência da informação (LIS) entenderam a organização do conhecimento como representação de textos em várias formas de sistemas de informação, com o propósito de mediar as práticas em todos os sistemas de informação. Note-se que esse ponto de vista sobre organização do conhecimento se refere à forma como os documentos são escritos, com o propósito de serem recuperados, porém, não diz respeito à organização do conhecimento enquanto um campo de estudo e pesquisa.

Thus, in LIS, when we talk about, study, and conduct research in knowledge organization, we have to incorporate the socially organized activities and practices surrounding the organization and representation of texts in information systems. Without understanding of forms of social organization, it would be equally hard to understand any activity that attempts to organize and represent texts in information systems. We are aware that our notion of knowledge organization does not correspond with more mainstream views (ANDERSEN & SKOUVIG, 2006, p. 302).

Os autores, baseando-se em Foucault e Habermas, chamam a atenção de como a organização do conhecimento pode ser estudada como um campo sociocultural. Para isso, apontam sua diferença com relação aos pensadores tradicionais, como Dewey, Cutter, Ranganathan e Sayers, para os quais

a organização do conhecimento referia-se a modos operacionais internos. Porém, entre eles merece especial atenção Henry Bliss. *“Bliss tries to show how forms of social organization constitute knowledge organization and, consequently, how we cannot think of knowledge organization as an isolated activity”* (ANDERSEN & SKOUVIG, 2006, p. 303).

Percebe-se que os autores justificam a escolha da teoria da arqueologia e genealogia para análise dos discursos pelo fato de que as mudanças na organização do conhecimento devam ser consideradas simplesmente como mudanças de discurso. Cada discurso possui as próprias regras históricas e culturais, que definem aquilo que pensamos. É claro que isso interage com outras práticas, instituições e relações políticas. Todavia, não existem segredos por trás das práticas. Analisar um discurso e suas práticas significa emancipar o objeto em investigação para poder descrever e analisar outros objetos que o cercam e ao mesmo tempo o constituem. Assim, organização do conhecimento está intimamente relacionada com o livro, enquanto meio de informação que requer de uma organização. Mas para isso, primeiramente, o livro tem que ser disciplinado, não unicamente em seu conteúdo, mas também em seu acesso e em sua utilidade. Por meio das hierarquias os bibliotecários outorgam ao livro certo espaço em um sistema de classificação particular. Já a teoria foucaultiana propõe a construção de classes definidas pelas diferentes funções que o livro tem na sua relação com a biblioteca.

Organização do conhecimento foi considerada um elemento indispensável no discurso de biblioteca pública. Os livros não classificados foram deixados ao caos. A organização do conhecimento teve uma importância na definição do núcleo que os livros constituíram na biblioteca, portanto, como uma ferramenta prática, demandando especial educação, tornando-a uma chave de competência que diferenciava o profissional bibliotecário do amador.

Knowledge organization cannot legitimize itself by referring to the principles, standards, or techniques of its internal workings. We must understand knowledge organization as situated in society as a human activity. We must study knowledge organization as a cultural study and not solely as an ahistorical technological device continually improved by technological progress. we must teach knowledge organization by adding social and cultural theory to the curriculum in order to possess a discourse on knowledge organization that reflects how it belongs to and is contained in society and history (ANDERSEN & SKOUVIG, 2006, p. 318).

Apresentamos este artigo com a intenção de concordar com os autores anteriormente citados, a respeito da visão de um novo enfoque à organização do conhecimento. Isto é, no sentido de contribuir para a ampliação de sua discussão de uma esfera interna, na qual prevalecem aspectos práticos e técnicos, para a inclusão de um marco maior, que se instaura dentro do campo sociocultural. Embora no artigo de Andersen & Skouvig (2006), de forma muito sucinta, note-se a presença de Bliss, trataremos este autor com maior profundidade. A respeito do fato de a abordagem dos autores estar baseada em Habermas e Foucault, coincidimos na escolha apenas do último autor. Embora nossa proposta não divirja acerca da arqueologia dos discursos, nós a restringimos, ao mesmo tempo em que a ampliamos, na obra *O que é um Autor?*, de Michel Foucault.

Criada em 1989, a ISKO significa a emergência de uma instituição que pretende propiciar a pesquisa e a aplicação da organização do conhecimento para o próprio ordenamento do conhecimento. Além disso, ela também representa a culminação de um debate e uma corrente de pensamento que consegue definir e desenhar um novo campo teórico e profissional. No entanto, passados mais de 20 anos, constatamos que a manifestação de tal campo ainda suscita dúvidas importantes sobre sua conformação. Por exemplo, a organização do conhecimento forma parte de uma área maior como a organização da informação ou ela própria se apresenta como um campo autônomo?

Longe de pretendermos dar um ponto final à questão colocada, propomos, como hipótese de nosso trabalho, que importantes pistas podem ser vislumbradas desde

que focalizemos nossa atenção para o momento da criação e ou adoção do nome que designa esse novo campo: organização do conhecimento. Considerando que o termo foi usado pela primeira vez por Paul Otlet, no artigo intitulado “*A Ciência da Bibliografia e da Documentação*”, publicado em 1903, pretendemos, a partir da discussão da ISKO sobre a organização do conhecimento, estabelecer um paralelo entre dois autores que, em épocas diferentes, utilizaram essa expressão: Bliss (1929, 1933) e Otlet (1903).

Desse modo, apresentamos como objetivo do trabalho observar as possíveis associações teóricas desenvolvidas no âmbito da ISKO com os conceitos de Bliss e Otlet. Delimitando nosso objeto de estudo, restringimos nosso espaço de reflexão ao mencionado artigo de Otlet, aos tratados estabelecidos pro Bliss em 1929 e 1933, bem como aos artigos de Dahlberg (1993, 1995) e Hjørland (2003, 2008), que podem ser considerados como fundantes de novas proposições discursivas.

Nortearmos nosso estudo a partir da perspectiva de um texto de Michael Foucault – *O que é um autor?* (1992), para o qual o autor, sendo um nome próprio, não é simplesmente uma referência, mas possui outras funções indicadoras. Assim, o nome do autor possibilita certas manifestações do discurso, apontando para um discurso que não é passageiro, nem cotidiano, mas sim um discurso ao qual se lhe outorga um estatuto diferente.

Autoria é uma forma de propriedade que se vai configurando ao longo dos anos. Entretanto, a questão da autoria não é exterior, ela vai se configurando ao longo do tempo, até que, nos séculos XVII e XVIII, começa a evidenciar e delimitar questões como quem escreveu uma obra, em que data, em que circunstâncias etc. A questão da autoria não obedece a uma relação espontânea de causa e efeito pela qual um discurso é atribuído a um indivíduo. Pelo contrário, é o resultado de uma operação “complexa que constrói um certo ser racional ao que chamamos de autor” (FOUCAULT, 1992, p. 50). E, por último, o discurso, no que se refere à questão de autoria, não aponta para um indivíduo real, porque um autor pode ter vários “eus”.

Afigura-se-me porém que, ao longo do século XIX europeu, apareceram tipos de autor bastante singulares, que não se podem confundir com os “grandes” autores literários, nem com os autores de textos religiosos canônicos, nem com os fundadores das ciências. Chamemos-lhes então, de forma um pouco arbitrária, “fundadores de discursividades” [...] Estes autores têm isto de particular: não são apenas os autores de suas obras, dos seus livros. Produziram alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos (FOUCAULT, 1992, 58).

O qual pressupõe que não é a obra que se relaciona com a ciência, mas “é a ciência ou a discursividade que se relaciona com a obra deles” (FOUCAULT, 1992, 53).

Compreende-se, por isso, que encontremos, como uma necessidade inevitável, em tal discursividade, a exigência de um retorno às origens. Aqui ainda, é preciso distinguir esses “retornos a ...” dos fenômenos de “redescoberta” e de “reactualização” que se produzem frequentemente nas ciências. Entendo por “redescoberta” os efeitos de analogia ou de isoformismo que, a partir das formas actuais do saber, torna perceptível uma figura que foi esboçada ou que simplesmente desapareceu (FOUCAULT, 1992, 63).

Elencamos essas ideias do texto de Foucault para servirem de guia e de elemento de interpretação dos textos propostos para consecução de nossos objetivos.

THE KNOWLEDGE ORGANIZATION PARA A ISKO

Consideramos reveladoras as reflexões apresentadas no capítulo da International Society for Knowledge Organization (ISKO), realizado no ano de 2012, na cidade de Mysore, Índia, referentes à discussão do estabelecimento de uma distinção entre a organização do conhecimento e outras áreas correlatas, como organização da informação, informação da organização, arquitetura da informação (Hjorland, 2012) e engenharia do conhecimento (Ohly, 2012). As referidas áreas são correlatas no que se refere ao seu objeto (maior complexidade da informação), mas distintas em suas demandas e em suas aplicações para a resolução de diferentes problemas. Nota-se, novamente, a intencionalidade de reivindicar a organização do conhecimento como uma disciplina autônoma, ou

campo de estudo autônomo, e de evitar que seja entendida como um subcampo (ou subdisciplina) da ciência da informação. Esse (re)posicionamento já vem sendo tratado por Hjorland (2008), que postula a Library and Information Science (LIS) como disciplina central da Knowledge Organization (KO), em seu sentido mais restrito – organização cognitiva do conhecimento. A reivindicação da organização do conhecimento como um campo de investigação tem se manifestado desde a criação da ISKO em 1989, e ganhou força, dentre outras formas, por meio do famoso artigo de Ingetraut Dahlberg, intitulado *Knowledge Organization: its scope and possibilities*, publicado em 1993 pela Knowledge Organization.

No entanto, a organização do conhecimento, no âmbito dos estudos publicados nos congressos da ISKO, vem sendo definida, predominantemente, como um fazer de natureza operacional (GARCIA, OLIVEIRA, LUZ, 2000; GREEN, 2002; GÁRCIA GUTIÉRREZ, 2002), cujos objetos de investigação são, principalmente, os conceitos e as estruturas conceituais (KENT, 2000; GREEN, 2002; OHLY, 2008, SMIRAGLIA, 2010), formalizadas instrumentalmente nos sistemas de organização do conhecimento, tais como os sistemas de classificação, os tesouros e as ontologias (ALBRECHTSEN, 1990; KENT, 2000; GREEN, 2002; ZHEREBCHEVSKY, 2010; SOUZA; TUDHOPE E ALMEIDA, 2010). Nota-se, assim, que a organização do conhecimento concebida pela ISKO tem sido desenvolvida, em grande medida, com base nas atividades (práticas e intelectuais) atinentes ao que podemos chamar de Tratamento Temático da Informação (FOSKETT, 1973).

Relativamente à discussão sobre a natureza da organização do conhecimento, Hjorland (2008), ao dissertar a respeito do sentido restrito da organização do conhecimento (retomaremos esse tema mais adiante), foi categórico ao afirmar que, embora diga respeito às atividades operacionais desempenhas por bibliotecas, arquivos e bases de dados, tais como descrição de documentos, classificação e indexação, a organização do conhecimento (OC)

consiste, sim, em um campo de estudo preocupado com a natureza e com a qualidade dos processos e dos sistemas de organização do conhecimento.

Longe de querer adentrar na discussão a respeito da natureza da organização do conhecimento (OC), procuraremos, tão somente, contribuir para o debate promovido pela ISKO por meio de uma observação sobre a formação de uma discursividade relativa à OC. Para isso, tomaremos por base algumas definições e contextualizações trazidas por Dahlberg (1993, 1995) e por Hjørland (2003, 2008), de modo a verificar uma efetiva influência de Bliss (1929, 1933) na formação do discurso de ambos os autores. Em seguida, procuraremos relacionar tal formação discursiva com a organização do conhecimento definida por Otlet no início do século XX, de tal sorte que possamos verificar se a proposta de Otlet serviu de pressuposto, ou foi reinterpretada, ou, ainda, desconsiderada pelas relevantes definições que ajudaram a compor o discurso da ISKO ao final do século XX e início do XXI.

O periódico fundado em 1974, chamado *International Classification*, tornar-se-ia, em 1993, o tão renomado *Knowledge Organization*. Na década de 1980 Dahlberg deixa a Society for Classification “nas mãos” de matemáticos e estatísticos (que já haviam ocupado espaço majoritário no Conselho) e funda a então *Knowledge Organization*, que se tornaria, em 1989, a International Society for Knowledge Organization (ISKO). Tão somente com esses dois acontecimentos mencionados por Dahlberg (1993, 1995) podemos ter uma noção do quão indissociavelmente ligadas estão a organização do conhecimento e a classificação, ou sistemas de classificação. Aliás, ao desenvolver o artigo *Knowledge Organization: its scope and possibilities*, que pode não ser o texto fundador da ISKO mas, certamente, é um marco para o início da formação de seu discurso, Dahlberg (1993) apresentou uma tabela de classificação que hierarquizava e relacionava os assuntos tratados no âmbito da literatura de organização do conhecimento – *Classification System for Knowledge Organization Literature*. Na referida tabela, os sistemas de classificação estão presentes em quatro das dez classes principais de assuntos.

Ainda, ao explanar a respeito dessa definição classificatória, Dahlberg (1993) lança mão do agrupamento de três em três classes por meio da organização em facetas.

Além da corriqueira, porém fundamentada, presença da classificação, e também da indexação, no discurso que Dahlberg tentava legitimar por meio da *Classification System for Knowledge Organization Literature*, é flagrante também o espaço de destaque que a construção de tesouros ocupa entre os assuntos tratados pela então “nova” organização do conhecimento (OC). No mesmo texto em que Dahlberg (1995) disserta a respeito das tendências da organização do conhecimento, onde lançou mão da expressão “classificação reconsiderada”, a autora coloca de igual importância a contribuição teórica e metodológica que os tesouros trouxeram para o desenvolvimento da OC, chegando a empregar o termo “o período dos tesouros”, ao discorrer sobre informações históricas.

Juntam-se às bases estruturantes de preocupações conceituais, lideradas pelas questões atinentes à construção de sistemas de classificação e de tesouros, as preocupações de caráter terminológico e ontológico, tomando de empréstimo, assim, contribuições advindas da terminologia e da filosofia, evidenciando a postura interdisciplinar da OC que, nesse momento, já ganhava contornos discursivos de campo de investigação.

Vale destacar que Dahlberg (1993), dando indícios de sua influência advinda de Evelyn Bliss, reclama por uma OC que efetivamente consista em um campo que lide com questões atinentes às mais variadas possibilidades de conhecimento, provenientes das mais diversas áreas. Dessa forma, fazia-se necessário expandir a perspectiva, até então preferencialmente abordada por bibliotecários e profissionais da informação, para “qualquer pessoa disposta a adotar um modo mais consistente de vida e de estudos” (DAHLBERG, 1993, p. 212. Tradução livre). Para a autora, a organização do conhecimento ensinada aos estudantes universitários, por exemplo, potencializaria seus estudos. De especial maneira, a organização do

conhecimento deveria ser ensinada aos estudantes da área de educação, que por sua vez, passariam tais ensinamentos aos seus futuros alunos. Outro grupo que Dahlberg (1993) considerava importante ter contato com a OC era o de pessoas ligadas às lideranças políticas, industriais e sociais.

Além da definição de uma classificação para a OC e da definição de possibilidades de atuação do campo, outro esforço de legitimar um discurso de organização do conhecimento enquanto campo de estudo, flagrante no artigo de Dahlberg (1993), é a postulação de dez medidas em que a autora propõe aos seus colegas de ISKO: 1) funções a serem desempenhadas pelos membros da ISKO; 2) elaboração de livros que apresentassem o arcabouço teórico e metodológico da OC; 3) treinamento de professores; 4) encontros/conferências para a discussão de tópicos correntes; 5) centros de pesquisa, onde deveriam ser estabelecidas colaborações com pesquisadores de outras áreas; 6) grupos de pesquisa para coordenar estudos atinentes aos sistemas de classificação e tesouros; 7) colaboração de pesquisa internacional; 8) publicação de periódicos sobre OC; 9) formalização de um sistema de classificação e de um tesouro para a literatura da área e; 10) publicação de uma bibliografia atualizada de todos os assuntos pertinentes à OC (DAHLBERG, 1993).

A preocupação com a formalização e com a institucionalização de um campo vinha acompanhada, obviamente, pela preocupação de desenvolvimentos teórico e metodológico. O termo organização do conhecimento, que já havia sido adotado nos livros de Evelyn Bliss – *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences* (1929) e *The Organization of Knowledge in Libraries* (1933) – e tematizado como *Organization of Knowledge and Documentation*, na dissertação de Dagobert Soergel, em 1971, passou a ser adotado e estudado por Dahlberg a partir de sua dissertação, intitulada *Foundations of Universal Organization of Knowledge*, publicada em 1973 (DAHLBERG, 1993; 1995).

Para a autora, a organização do conhecimento é, sobretudo, uma organização de unidades de conhecimento, ou seja, uma organização de conceitos. A afirmação de Dahlberg (1978, 1995) de que as unidades de conhecimento, ou melhor, os conceitos, são enunciados essenciais e verdadeiros a respeito de algum objeto referente e sua síntese formalizada por alguma designação (codificada ou verbal), foi amplamente aceita e difundida na comunidade internacional da OC. Juntamente com as abordagens da teoria da classificação facetada, de Ranganathan e dos pesquisadores do *Classification Research Group* (CRG), usadas como base fundamental para a construção de sistemas de classificação e de tesouros, bem como com teorias provenientes da terminologia, em especial a teoria geral da terminologia de Eugen Wüster, a teoria do conceito de Dahlberg compôs a base forte e inicial do discurso da OC no âmbito da ISKO.

Na década seguinte, Hjørland (2003, 2008), com uma perspectiva notadamente epistemológica, trouxe ao debate da OC a distinção entre a organização intelectual (cognitiva) do conhecimento e a organização social do conhecimento. Tocante à perspectiva cognitiva, também denominada pelo autor de “*narrow meaning*” da organização do conhecimento, Hjørland (2003, 2008) afirma se tratar da organização do conhecimento abordada, especialmente, pela biblioteconomia e pela ciência da informação, cujo foco recai nos estudos atinentes aos processos e às construções instrumentais de OC, tais como descrição de documentos, classificação e indexação.

Para o autor, essa forma cognitiva de organização do conhecimento consiste em um campo de estudo preocupado com a natureza e com a qualidade dos processos, instrumentos e produtos desenvolvidos pelas atividades técnicas e específicas desempenhadas pelas bibliotecas, arquivos e bases de dados. Além da já mencionada contribuição teórica emprestada dos sistemas de classificação, que Hjørland (2008) divide em abordagem tradicional (classificações decimais) e abordagem analítico-facetada (classificação

facetada), o autor complementa, em meio a essa organização cognitiva do conhecimento, as contribuições teóricas provenientes da abordagem da recuperação da informação (RI) – e as implicações tecnológicas a ela atreladas – da abordagem bibliométrica e da abordagem da análise de domínio.

Por organização social do conhecimento, ou “*broader meaning*” da OC, Hjørland (2003, 2008) assegura se tratar basicamente das organizações e categorizações das profissões e das disciplinas, ou seja, a divisão social do labor mental, como por exemplo, a organização dos currículos dos cursos universitários, que dividem e relacionam as diferentes disciplinas, e as tabelas oficiais que formalizam e legitimam as ocupações profissionais de um país. Para o autor, as tradicionais classificações de bibliotecas, como a Classificação Decimal de Dewey, por exemplo, são verdadeiras organizações sociais do conhecimento, uma vez que estruturam suas formas de representação do conhecimento por meio da divisão e do relacionamento entre as disciplinas. O mesmo não poderia ser dito, por exemplo, da classificação facetada de Ranganathan, pois essa, embora apresente também uma divisão de disciplinas em classes e subclasses, abre espaço para a identificação de facetas de assuntos, o que pressupõe uma análise de conceitos.

Tocante à interdisciplinaridade do campo, a exemplo de Dahlberg (1993), que propôs a aproximação da organização do conhecimento com as áreas sociais (educação, política, indústria e sociologia), afirmando se tratar de um campo interdisciplinar que se valia, pelo menos, da filosofia e da terminologia, Hjørland (2008) ressalta não ser a organização do conhecimento um assunto exclusivo da biblioteconomia e da ciência da informação, mas também de domínios como a computação, a linguística e o processamento de linguagem natural, a teoria de conhecimento e teoria da organização social. Ademais, o autor menciona que também é interesse de outros campos a definição de questões referentes à organização de conhecimento, tais como a sociologia do conhecimento e a metafísica/ontologia.

Em Hjørland (2008), encontramos, ainda, uma distinção relativa a alguns conceitos que podem ser considerados unidades de estudo na organização do conhecimento. Para a ciência da informação as unidades seriam os documentos, incluindo aí livros, artigos, documentos arquivísticos, objetos de museus etc., notadamente tratados por bibliotecários, arquivistas, documentalistas e demais profissionais da informação. Para os cientistas da computação, por sua vez, as unidades a serem observadas seriam a informação passível de ser armazenada e recuperada em sistemas computadorizados.

No campo, propriamente dito, da organização do conhecimento, a unidade estudada pode ser considerada o conhecimento enquanto um consenso estabelecido, conforme acreditava Evelyn Bliss, ou o conceito, na perspectiva de que tratam de verdadeiras unidades de conhecimento, como defendia Dahlberg (1995).

De certo modo, Hjørland (2008) revela indícios da existência de diferentes discursos, ou óticas, dentro da própria organização do conhecimento, um fomentado pelo pessoal da ciência da informação, outro pelos informáticos e, ainda, um discurso promovido pelos pensadores, natural ou convencionalmente, assentados no campo da organização do conhecimento.

THE ORGANIZATION OF KNOWLEDGE PARA BLISS

Ao reportarmos à afirmação de Shera (1976, p. 69), “*Order is heaven’s first law, not only in the world and in the universe but in our minds as well*”, damos-nos conta de lembrar que a organização de uma biblioteca não obedece a mero capricho ou mera arbitrariedade do bibliotecário. No contexto profissional, a classificação figura como trabalho essencial ao fazer biblioteconômico. Tradicionalmente ela foi considerada como o acesso aos livros arranjados nas estantes, tendo na catalogação um suplemento para tal fim. Mas, durante os séculos XIX e XX, devido ao rápido crescimento das produções bibliográficas, foram-se desenhando esquemas de classificação que

respondessem a essa demanda, marcando a busca de uma organização do conhecimento, no lugar da organização de assuntos de livros. O livro não é uma unidade isolada de conhecimento, ele possui múltiplas unidades que podem ser relacionadas com outras, em outros livros. Motivo pelo qual, o bibliotecário deve ser ciente das operações do pensamento humano e as formas pelas quais são incorporadas no entendimento dos usuários de livros. Essa preocupação, que Shera sintetiza na década de 1970, teve seus antecedentes nos trabalhos desenvolvidos por acadêmicos e bibliotecários norte-americanos, em longa tradição de discussões sobre a maneira de permitir rápido e eficaz acesso aos livros, que eles identificavam como uma questão de ordem, expressa na classificação.

Em 1934, John Ansteinsson, para quem o homem é um “animal classificador”, preocupava-se com os chamados dilemas da classificação. A classificação se define como o princípio básico do conhecimento organizado, ela é a principal premissa para o homem se orientar dentro de uma selvagem multiplicidade de coisas, fatos e processos no quais se encontra inserido. Enquanto princípio, ela age no dia a dia e nos processos científicos e cognitivos. Os esquemas desenvolvidos até então só providenciavam pequenos nichos isolados, pré-concebidos anteriormente, na espera da chegada de um livro. Ansteinsson (1934) observa que a multiplicidade de assuntos contidos em um item deveria também ser considerada pelas classificações. Ainda, um livro somente poderia estar alocado em um único lugar, cabendo como solução fazer outras entradas de cabeçalho que o relacionasse com outros itens. Porém, esse processo seria muito caro em termos de tempo e esforço. Perante esse problema, que o autor identifica como dilema, ele prevê que algumas soluções estariam próximas. Embora os esquemas de classificação mais usados na época já, de certa forma, providenciassem inúmeras possibilidades de locação de assunto, é flagrante a reclamação que o autor direciona à falta de princípios gerais que as norteassem. Ele conclui: “*The one most near at hand is to state the desirability of a commentary to the Library of Congress, the Dewey, and the Brussels*

classification giving general principles and definite rules and decisions on fundamental problems in classification” (ANSTEINSSON, 1934, p. 147).

A busca de princípios teóricos e gerais para atividades e processos práticos, próprios do trabalho biblioteconômico, nos EUA, parece ter sido uma preocupação bastante acentuada na década de 1930. Identificar os motivos para tal preocupação escapa ao objetivo de nosso trabalho, porém outro exemplo foi Harriet D. MacPherson, professora da Columbia University que publicou em 1939 dois artigos consecutivos, um sobre a filosofia da catalogação e outro acerca da filosofia da classificação. Centralizando nossa atenção no segundo artigo, referente à classificação, MacPherson (1939b) reconhece que devido aos problemas de ambas as atividades serem diferentes, filosofias particulares deveriam ser estabelecidas para cada uma delas. No entanto, os princípios da classificação são mais amplos, motivo pelo qual sua filosofia se apresentava como uma tarefa mais difícil e complexa.

A autora identifica que os três sistemas de classificação mais usados na época – Library of Congress Classification, Dewey Decimal Classification e Brussels Classification – adaptavam a bibliotecas segundo seu tamanho, sendo que ainda não fora desenvolvido um sistema que se adaptasse a qualquer tipo de coleção. Pontuando quatro problemas inerentes à classificação, MacPherson (1939) revela suas quatro filosofias correspondentes: a) a que cobrisse todas as divisões possíveis do conhecimento humano; b) a que contemplasse essas divisões presentes nos livros; c) a filosofia dos criadores dos sistemas de classificação e; d) a filosofia dos criadores que tratam de ajustar suas coleções com esquemas preexistentes, com a esperança de que os leitores satisfizessem suas necessidades quando encontrassem o livro na estante.

A autora ressalta que não estava propondo um novo sistema que respondesse a qualquer classificação. Qualquer esquema classificatório precisaria de adaptações segundo as demandas dos usuários da coleção à qual atende. Mas, vislumbra, sim, que esses quatro problemas (filosofias) pudessem ser

resolvidos de uma forma prática e única. O advento do microfilme haveria de trazer um efeito mais inovador na classificação do que na catalogação. Devido à diferença do formato e do suporte, assim como a sua rápida expansão e sua economia espacial, o microfilme haveria de colocar problemas de resolução imediata e prática para a classificação, priorizando, efetivamente, os assuntos.

Em curtíssimo, porém revelador e embrionário artigo, composto por apenas duas páginas (publicado primeiramente em 1917), Henry Evelyn Bliss (1870-1955) percebe que ao nos depararmos com problemas insolúveis, logo se evidencia a carência de uma teoria que pretende estabelecer princípios sobre fatos previamente compreendidos. No início do século XX, o problema das classificações de bibliotecas estava longe de ser resolvido. Nesse contexto, Bliss percebe a falta de princípios norteadores, chamando a atenção para a necessidade de iniciar uma discussão a respeito da urgência em reformular antigos métodos e princípios, nomeados por Bliss (1917, p. 201) de princípios de: “correlação de classes para conceitos”, “relatividade das classes” e, “economia da classificação perante a expansividade e a adaptação”. Baseado na ótica da “ordem natural das coisas”, Bliss encontra seu correlato formalizador na visão sistêmica. Um passo adiante, perceptível na formulação de Bliss, situamos no que ele chama de tendência dominante do uso do termo “organização”. O conceito, até então designado pela palavra “classificação”, passava a ser denotada pelo termo “organização” em qualquer instância em que a desorganização pudesse ser considerada desastrosa. Portanto, o universo das bibliotecas deveria ser mais bem classificado, visando maior cuidado com as divisões e subdivisões relacionadas às ciências e à indústria.

Bliss foi o criador da chamada Classificação Bibliográfica, baseada no *subject approach to knowledge*. No entanto, seu sistema de classificação foi negligenciado em favor de outros sistemas de classificação já consolidados, como a Classificação Decimal de Dewey e a Library of Congress Classification, no que se refere à aplicação

instrumental, uma vez que a classificação elaborada por Bliss figura com uma das bases teóricas dos estudos de organização do conhecimento. Situamos nossa atenção na obra *The Organization of Knowledge and the System of Sciences*, publicada em 1929. Na introdução da obra, John Dewey menciona que ela é perpassada por uma filosofia que vai do universal para o particular, da teoria para a prática, impostas pelo crescimento e pelas mudanças. O livro preza pelo seu academicismo presente na demonstração do lugar que ocupa a biblioteca moderna no cruzamento da integração intelectual com a aplicação prática, o que torna evidente que nas atuais condições, as bibliotecas ocupam um lugar estratégico. Assim, a correta organização de uma biblioteca pretende a unificação do conhecimento e da experiência, oferecendo, ao mesmo tempo, subsídios para o desenvolvimento do próprio conhecimento.

No prefácio do livro, Bliss se questiona sobre o significado da organização do conhecimento (*organization of knowledge*), e propõe que, num sentido amplo

comprehends not only the mental process, the development of concepts and the conceptual synthesis of knowledge, but also the intellectual correlation and systemization of valid knowledge, from the simple social synthesis to the more complex conceptual systems of Science and philosophy (BLISS, 1929, XI).

O autor continua afirmando que em todos esses processos e métodos, de uma forma ou de outra, a classificação é inerente. A classificação é fundamental para a organização do conhecimento, motivo pelo qual seus princípios, métodos e formas, devem ser de especial interesse. A classificação não deve ser vista como uma “camisa de força”, ela existe desde a nomeação e coleta de materiais até a subsequente classificação conceitual, embora sempre responda às necessidades econômicas. Ainda, ela se sustenta no consenso, embora este possa mudar constantemente. A classificação, desse modo, sustenta-se em dois princípios básicos: a subordinação dos assuntos mais específicos aos mais genéricos, e a alocação de assuntos próximos por motivos de conveniência, que permitam sua máxima eficiência.

O texto de Bliss (1929) está dividido em quatro partes: 1) *The organization of knowledge*, 2) *Classification, synthesis, and the order of nature*, 3) *The system of the science*, e 4) *a historical survey of systems of knowledge*. O volumoso tratado de quase 400 páginas finaliza com notas bibliográficas dos oito títulos consultados e um anexo onomástico e de assuntos.

Na primeira parte do livro, Bliss (1929) começa destacando a importância da organização do conhecimento para o bom funcionamento da sociedade. Considera que, se comparado com tempos posteriores, o presente conseguiu, relativamente, socializar o conhecimento. O bem-estar da sociedade contemporânea foi alcançado graças aos avanços da ciência e tecnologia, da educação, das leis e da organização do conhecimento. Mesmo porque a vida (biologicamente orgânica) e a mentalidade social devem ser socialmente organizadas com base na organização do conhecimento.

O autor considera que a sociedade se debate entre uma tendência conservadora (que levaria ao estatismo e rigidez) e outra inovadora (que levaria à anarquia). Apresenta uma análise das vantagens e desvantagens do socialismo e do liberalismo, colocando a necessidade de organização da sociedade como um meio termo. Considera que a liberdade não deva ser a falta de restrições, mas sim a regulamentação. Depois da Primeira Guerra, a racionalização começa a emergir como uma condição do progresso, e ela se aplica a diferentes esferas sociais, incluindo a organização do conhecimento. Aliada à simplificação e à standardização, a racionalidade contribui ao dinamismo das mudanças sociais. Ainda, a organização do conhecimento existe por meio de diferentes órgãos e instituições, como as publicações periódicas, os escritórios de diversas organizações e as bibliotecas.

Bliss (1929), depois de fazer uma apresentação bastante ampla sobre a relação entre o conhecimento e a organização social, destaca que aquilo que ele considera progresso nos diversos tipos de organizações, como as estritamente sociais, políticas, econômicas, educacionais, éticas e religiosas, está indissociavelmente ligado ao funcionamento da organização do

conhecimento que as sustenta. Cabe ressaltar que o autor considera as organizações funcionais, enquanto a organização do conhecimento é estrutural. Seguidamente, apresenta um capítulo destinado ao sistema das ciências, no qual descreve as instituições nacionais e internacionais e a necessidade de cooperação para seu desenvolvimento. Ainda no prefácio, quando Bliss se pergunta sobre o que é a organização do conhecimento, propõe uma resposta imediata no capítulo 4, mas como o termo merece ser explicado, ele dedica os três primeiros capítulos a esse motivo. No capítulo 4, no qual focaremos nossa atenção, o autor exemplifica os diversos usos do termo organização, no entanto, tratando de oferecer uma definição:

The current extension of the term organization beyond the biological is therefore historically justified. Our definitions are accordingly be broader. An organ is a part that works or functions in effectual relation to other parts, or organs, and to the whole, or organism, or organization. An organism is a system of parts in which the relation of part to part involves a relation of part to whole (BLISS, 1929, 75).

A organização seria uma estrutura ou sistema de partes relacionadas funcionalmente entre elas e com o sistema. No caso específico da organização do conhecimento, além da estrutura e da função, existe o desenvolvimento. Mas precisa-se também ter uma definição de conhecimento, e embora a biologia e a psicologia tragam importantes contribuições para seu entendimento, torna-se necessária uma visão mais cuidadosa. A posição do autor a respeito do conhecimento é de que ele deve ser considerado organicamente, no sentido biológico, como existência objetiva no cérebro. Porém, também de certa forma organizado, através das impressões, da memória, da experiência, da coerência, da síntese e da compreensão. Ainda, o conhecimento deve também ser considerado na sua relação com o social e com a subjetividade (BLISS, 1929).

No caso específico da organização do conhecimento, verificam-se cinco classes: 1) a organização mental ou psicológica, manifestada na síntese individual dos sujeitos; 2) a organização social do conhecimento

e do pensamento de uma comunidade; 3) a organização do conhecimento de uma ideia ou um tópico expressado em um livro ou em outras formas linguísticas; 4) a organização do conhecimento de um campo específico de saber ou em um tipo de livro, de uma biblioteca especializada ou de uma exibição de museu; 5) a organização social do conhecimento de muitos ou de todos os campos do conhecimento considerados dentro de um sistema conceitual, em uma enciclopédia ou em uma biblioteca (BLISS, 1929).

Existem também agências e instituições com a finalidade de organizar e comunicar o conhecimento. No caso específico de sua organização, podem ser considerados cinco estágios: 1) descritivo ou exibiratório, 2) classificatório ou analítico, 3) sintético ou sistemático, 4) educacional ou cultural e 5) bibliotecológico ou bibliográfico. O autor menciona que seu livro está focado nos três primeiros estágios. A escolha se deve não unicamente a um interesse intelectual, mas também ao seu valor econômico.

A organização do conhecimento não é um problema que concerne unicamente aos bibliotecários, nem tampouco é objeto exclusivo da ciência ou da filosofia. Ela engloba todos esses aspectos e mais outro, a organização social no sentido de

Concepts are synthesized and interlinked in knowledge and thought, which are recorded and expressed in language, and by languages are communicated to many minds. Thought proceeds thru reason to new and more comprehensive knowledge ant thought. In books thought and knowledge are communicated to all minds that have access. In libraries books are selected, classified, and preserved for present and future uses and for transmission of valuable knowledge and thought (BLISS, 1929, 80).

Priorizamos, aqui, a obra de 1929, por se tratar de intento de refletir, de modo mais abrangente, a organização do conhecimento, no sentido de que, diferentemente da obra de 1933, na qual o autor apresenta já uma reflexão mais refletida e aprofundada da classificação, a primeira obra introduz a classificação dentro de um conceito mais teórico e social, fundamentado na organização do conhecimento.

Nesse contexto, Bliss (1929) percebe a importância da organização do conhecimento para a própria organização da sociedade moderna. Logo, entende que o princípio de racionalização e sua consequente economia de recursos se alimentam, também, na organização do conhecimento. Destacamos o esforço do autor para uma inserção social dessa nova atividade (ou campo), de certa forma, teórica e profissional, elencando, para tal, a importância do trabalho biblioteconômico. E, por último, percebe-se ainda o empenho reflexivo na definição do próprio conceito de organização que, emprestado das ciências biológicas, teria uma correlação “natural” na sociedade.

Como o próprio título do livro de 1929 indica, refere-se a uma apresentação e discussão ampla e geral sobre a questão da organização do conhecimento e o sistema das ciências. Posteriormente, em 1933, Bliss aprofundaria e desenvolveria a segunda parte do livro anterior, intitulada “Classificação, síntese e a ordem da natureza”, cujo aprofundamento e desdobramento dariam lugar ao seu tratado:

The Organization of Knowledge in Libraries and the subject-approach to books. Segundo o próprio autor, o referido livro foi inicialmente pensado como o segundo volume da obra de 1929.

Uma classificação para bibliotecas, segundo Bliss (1933), deveria basear-se, necessariamente, em um arranjo sistemático de assunto, uma vez que arranjos alfabéticos, como os baseados em nomes de autores, por exemplo, apesar de na prática apresentarem menor complexidade, não dão conta das exigências de uma coleção de biblioteca, muito menos das organizações dos catálogos. Bliss, assim como Cutter, advogavam a favor da ideia de que uma classificação para bibliotecas, antes de tudo, deveria ser uma classificação de assuntos, ou seja, tomar por base o relacionamento lógico dos temas conforme definidos ou pelas classificações filosóficas ou pelas classificações científicas. Para Bliss (1933), a vida útil de uma classificação está diretamente ligada à estabilidade das relações dos assuntos estruturados por uma classificação que formalize um conhecimento estabelecido por consenso.

Nesse sentido, e deixando claro o fato de que o problema da classificação de bibliotecas não deve se ater aos índices e às notações classificatórias, uma vez que esses apenas servem de dispositivos auxiliares de um esquema de classificação, Bliss (1933), preocupado não mais em apenas teorizar a respeito das classificações, propõe que o referido livro sirva à resolução de problemas dos trabalhos desempenhados por catalogadores, classificadores, bibliotecários e bibliógrafos em geral. O livro pretende oferecer uma fundamentação para o estudo do problema, propondo, assim, uma solução para tal. Para tanto, Bliss (1933) busca a elucidação dos problemas dos sistemas de classificação, dissertando desde os aspectos inerentes à catalogação de assuntos até às questões que tangenciam a bibliografia, finalizando com um criticismo relativo à história das classificações de biblioteca.

Em 1935, Bliss publica breve artigo respondendo a trabalho previamente publicado pela *Library Quarterly* por Mr. Danton, propunha uma filosofia especial para a biblioteconomia. Bliss (1935) concorda com o autor, no aspecto de que a filosofia, no geral, poderia chegar a ser confusa. A exemplo de outras áreas, como a educação, que procurava sua própria filosofia, a biblioteconomia deveria fazer o mesmo. Porém, Bliss (1935) acrescenta que a filosofia unicamente não bastava, seria preciso também introduzir a ciência, para o estabelecimento dos seus princípios. Ou seja, como a ciência inerentemente carrega a organização sistemática, a biblioteconomia deveria se alinhar a ela. Para Bliss, a despeito da constituição de uma filosofia para a biblioteconomia, o fundamental para qualquer adoção ou promulgação de propostas, regras, padrões e códigos era, antes de tudo, o estabelecimento dos princípios teóricos, que, por sua vez, promoveriam uma organização mais consistente do trabalho profissional desempenhado pelas bibliotecas. Até que o “céu filosófico” fosse alcançado, a biblioteconomia, para Bliss (1935), deveria contentar-se em oferecer uma organização para o conhecimento enunciada em princípios filosóficos, científicos e éticos como base para a organização e reorganização.

A trajetória apresentada por Bliss nos quatro textos aqui abordados (1917, 1929, 1933, 1935) possibilita-nos inferir que, ao longo de sua carreira, defronta-se com problemas de classificação que ele considerava insolúveis devido ao fato de que os sistemas de classificação, consensualmente aceitos na época, não resolviam cientificamente a questão do relacionamento dos assuntos em suas possibilidades relacionais, e não eram, também, suficientes para nortear o trabalho do classificador.

Percebe-se, ainda, que sua trajetória profissional e sua erudição intelectual defrontam-no com a necessidade de procurar um princípio norteador para o trabalho do bibliotecário (especialmente, o classificador). Embora escreva um tratado discursando principalmente sobre organização em sua perspectiva sistêmica, Bliss não estava preocupado em ser chamado de pragmático nem de utilitarista. O autor se propunha, reiteramos, a estabelecer lineamentos norteadores para uma melhor organização das bibliotecas a respeito de seu fim último – o conhecimento –, que adquiria múltiplas e rápidas mudanças, com as quais haveriam de se encarar. Mas, como veremos adiante, essa ideia viria a ter múltiplos desdobramentos e reinterpretações.

A ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EM OTLET

Em 1894, Paul Otlet e Henri La Fontaine idealizaram a construção de um índice universal do saber registrado, que, fundamentalmente, consistiria em uma bibliografia universal (PIEDADE, 1983). Um ano depois, em 1895, Otlet e La Fontaine promoveram a Primeira Conferência Internacional de Bibliografia, ocasião em que seria aprovada a iniciativa da construção do índice universal e, também, deliberada a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). O IIB foi responsável pelos assuntos referentes ao índice, que teve sua primeira edição publicada em 1905, sob a denominação de *Manuel du Répertoire Universel Bibliographique*, posteriormente, Classificação Decimal Universal (CDU).

A CDU, resultado de uma organização da informação efetivamente realizada no âmbito do IIB, tomava por base a quinta edição da Classificação Decimal de Dewey (CDD). Embora se tratasse de um sistema hierárquico de classificação, e de base descritiva, a CDU apresentava maior articulação por meio de dispositivos sintagmáticos, avançando a classificação preconizada por Dewey ao adotar em suas notações sistemas semióticos, que, por sua vez, cumpriam funções distintas de relacionamento entre os assuntos.

Não podemos negar que a CDU consiste, muito provavelmente, na principal contribuição de Otlet à organização do conhecimento. Porém, o trabalho por ele desenvolvido junto à equipe do IIB transbordou a construção de um sistema de classificação. Otlet (re)definiu concepções a respeito do documento, estabelecendo, dessa forma, as diretrizes dos fazeres científicos da documentação e, conseqüentemente, deu contornos àquilo que, a partir da década de 1990, a ISKO denominaria organização do conhecimento.

Segundo Dousa (2010), Otlet levantou a ideia de que a representação dos conhecimentos veiculados pelos documentos poderia ser realizada não somente pela decomposição de *unidades bibliográficas* menores (como artigos dentro de periódicos ou capítulos dentro de livros), mas, principalmente, pela análise de *unidades de informação* menores, tais como os conceitos, os fatos e as evidências encontrados dentro dos textos. As unidades de informação (conceitos e fatos), depois de identificadas, poderiam ser reconfiguradas em um novo arranjo, com o propósito de facilitar a recuperação dos documentos.

Essa concepção, preconizada por Otlet, de representar conhecimentos contidos em assuntos por meio de unidades menores de informação, com vistas à recuperação mais precisa dos documentos, exerceria significativa influência nos trabalhos e teorias que surgiriam posteriormente, tais como: a indexação sistemática de Julius Kaiser; a teoria da classificação facetada de Ranganathan; os trabalhos desenvolvidos por documentalistas e

bibliotecários especializados (primeira metade do século XX), que passaram a classificar informações específicas contidas nos conteúdos; a distinção, surgida nas décadas de 1950 e 1960, entre sistemas de recuperação de documentos e sistemas de recuperação baseados em fatos/objetos e; os trabalhos de extrações de unidades de informações de documentos digitais dos sistemas de recuperação surgidos a partir da década de 1990, cujos objetivos assentam-se nas possibilidades de identificar, recuperar e estruturar unidades menores dentro dos textos digitais (DOUSA, 2010).

A análise da informação por meio de suas partes constituintes mais relevantes (unidades de informação) evidencia uma transição da organização pautada nos documentos para uma organização dos conhecimentos neles contidos, o que não pressupõe, de maneira alguma, um desligamento com a materialidade. Para Otlet, conhecimento engloba tudo aquilo que se conhece a respeito dos objetos do mundo externo ou do próprio pensamento, sejam eles objetos físicos (naturais ou artificiais) ou não físicos (leis, pensamentos, sentimentos etc.). Os elementos primários (principais) desses objetos são os “fatos” ou “ideias”, que, estruturados conceitualmente pelos autores, são registrados nos documentos, de modo a refletir a visão que cada autor tem a respeito dos fenômenos apresentados e discutidos (DOUSA, 2010).

Para Otlet, a função do documentalista era extrair dos documentos os componentes informativos relevantes (unidades de informações), separando-os do contexto bibliográfico original e registrando-os individualmente, possibilitando que tais registros fossem estabelecidos analiticamente em *repertórios enciclopédicos* (catálogos), que, por sua vez, propiciariam e interligação entre unidades de informação e publicações diversas (DOUSA, 2010).

Para a viabilização tecnológica de seu sistema, Otlet adotou o sistema de cartões padronizados. Ao final do século XIX e início do século XX, tal tecnologia figurava como moderna, e avançava diversas questões

práticas de relacionamento entre documentos e seus registros, se comparada aos formatos de livros de registro (catálogos em forma de livros), comuns até então. Um sistema baseado em cartões (fichas), uniformemente dimensionados, contidos de transcrições padronizadas de informações, alocados fisicamente em gavetas (fichários), relacionados com mobiliários específicos e organizados conceitualmente por um esquema de classificação, era realmente avançado e eficiente na época de Otlet, fato que o levou, junto com Julius Kaiser, ao aperfeiçoamento de tal sistema para o campo da indexação (SALES, 2012).

Uma vez que, nesse tipo de sistema, os cartões funcionam como registros individuais das unidades que representam os documentos (DOUSA, 2010), os cartões figuram como recursos ideais para registrar o resultado das análises de informações. Cada cartão deveria servir como o portador de uma só unidade de informação extraída de dado documento, estabelecendo a relação um-para-um, que corresponderia à ligação entre cartão e uma das unidades de informação de determinado documento (componente informativo extraído do conteúdo do documento). Otlet chamou esse princípio de *princípio monográfico* (SALES, 2012).

Mediante o fato de que diferentes cartões podem possuir informações referentes ao mesmo assunto, o sistema de cartões permitia definir distinções de cartões por meio de cores, tamanhos e cartões guias, que possibilitavam “referências cruzadas” de assuntos relacionados. Assim, o índice de cartões representaria tanto os componentes individuais da informação quanto a estrutura em que tal informação estaria reunida (DOUSA, 2010).

A sistematização realizada por Otlet se restringia, na fase inicial, ao trabalho bibliográfico, proposta que, posteriormente, avançaria para a enunciação de uma nova ciência, a documentação. Tal proposta aparece de forma embrionária em seu artigo publicado em 1903, “A Ciência da Bibliografia e da Documentação”, traduzido por Rayward no ano de 1990. Embora os postulados dessa nova ciência do documento tenham sido sistematizados e aprofundados com maior

empenho no “Tratado de Documentação”, publicado por Otlet em 1934, optamos pelo artigo de 1903, por retratar o dinamismo, por vezes contraditório, da articulação de um novo saber/fazer científico.

No referido artigo, Otlet discute pela primeira vez a questão da cientificidade da bibliografia e da documentação. Conforme Rayward (1998), quando Otlet usa pela primeira vez o termo documentação, ele o faz com a finalidade de introduzir um termo mais amplo para o tratamento das fontes de conhecimento, que anteriormente tinha sido associado à bibliografia. Documentação, portanto, refere-se a algo como “providenciar uma documentação que se torne alguma coisa mais compreensível”. Para Otlet, enquanto a bibliografia era responsável pela organização dos documentos, a documentação seria responsável pela organização das informações dos documentos.

Interessa-nos abordar alguns pontos no mencionado artigo de Otlet. A discussão da formulação teórica de uma ciência é apresentada na parte introdutória do artigo. Otlet (1990) começa seu artigo indicando as abordagens através das quais o livro foi explicado até então: seus aspectos materiais, sua história, sua organização e usos, a bibliofilia, seus aspectos artísticos e os repertórios bibliográficos.

Embora o termo bibliologia deva ser entendido como a ciência concernente com todos os conhecimentos relativos ao livro, infelizmente o termo foi confundido com bibliografia. Outra confusão é flagrante com relação ao uso da expressão ciência do livro, que se via restrita unicamente a esse tipo de formato. Nesse momento, o autor introduz a documentação. Para isso, ele explica que assim como existem ciências baseadas em objetos, também existem ciências criadas em torno de ideias, motivo pelo qual, elas podem ser associadas de formas diversas. Ainda, existem ciências que são estabelecidas devido a um acordo respaldado pela tradição, ou pelas instituições que a sustentam. Sintetizando sua proposta:

Our analysis, however, leads us in general to distinguish the book and the idea as form from substance the container from the contents, and clearly to distinguish knowledge on the one hand from documentation on the other (OTLET, 1990, 74).

Introduzido o termo documentação, cabe ainda uma diferenciação com a organização do conhecimento, entendida, nesse momento, como os fatos e considerações externas que organizam o conhecimento: sociedades, congressos, ensino e; as discussões e avanços formulados em milhares de documentos, principalmente em artigos. No último aspecto, fazem-se necessárias atividades de produção, preservação, indexação, bibliografias sistemáticas etc.

As one has just seen, everything which deals with scientific documentation, can, in the final analysis, be considered as a branch of the organization of knowledge. Nevertheless, because of its importance to make this branch of study [...] an independent and self-contained subject (OTLET, 1990, 75).

Outra delimitação teórica da documentação reside no fato de que nem todos os documentos podem ser incluídos na ciência do livro. Os documentos são as fontes do conhecimento, e eles podem ser de três tipos. O primeiro são os objetos naturais e suas representações não gráficas. Porém, esses documentos podem levar a escritos ou reproduções gráficas que tratem deles, ou a fenômenos relacionados a eles. O segundo tipo são os objetos basicamente relacionados à arqueologia, à iconografia e à epigrafia. Da mesma maneira que os objetos naturais, eles podem levar também às mesmas formas de reprodução.

O terceiro refere-se aos documentos escritos, os quais se subdividem em trabalhos literários, materiais de arquivo e outro tipo de escritos. Os trabalhos literários são feitos intencionalmente para um público, tanto os manuscritos como os impressos. O material de arquivo consta de materiais escritos ou impressos, mas produzidos no curso de vida de uma instituição, organização ou pessoa, além dos outros tipos de escritos, como notas pessoais, autógrafos ou correspondência (OTLET, 1990).

O autor continua seu raciocínio argumentando que os trabalhos literários caberiam perfeitamente dentro do escopo da ciência do livro, mas devido ao formato dos livros, muitos documentos ficariam fora desse escopo. A limitação existe devido ao fato de que

a atenção é radicada na morfologia do documento e não na sua função. Na atualidade, priorizam-se as informações contidas nesses documentos, qualquer que seja sua matéria ou forma. A nova visão está mais voltada aos futuros requerimentos do que ao tradicional desenvolvimento da ciência do livro.

Um dos aspectos mais importantes do artigo de Otlet foi dedicado a encontrar alguma resposta ou solução ao problema do aumento de publicações, nos seus diversos formatos.

In summary, the book as shaped by the past is in the process of complete change. The experiments that we are now witnessing are to make the book easier to consult and easier to handle so that it is more effectively and more quickly informative – in a Word, more documentary. These experiments are all leading to a better organization of documentation (OTLET, 1990, 85).

Otlet finaliza o artigo optando por uma ciência da bibliografia, devido às limitações que ele percebe na linguagem. Ele define a ciência da bibliografia como a ciência cujo objeto são as questões comuns inerentes em todo tipo de documento. Portanto, seu objetivo prático seria a organização da documentação, sobre as bases de maior compreensão, com a finalidade de que o pesquisador possa alcançar o ideal de uma máquina capaz de explorar o tempo e o espaço.

Podemos inferir, portanto, tal como mencionamos no início, que o caráter seminal do artigo faz com que, no decorrer do texto, apresentem-se afirmações muitas vezes imprecisas para aquilo que hoje entendemos como documentação. Faltaria longo trecho ainda para se chegar ao amadurecimento e à sistematização de sua proposta, que por enquanto, nota-se, de certa forma, difusa.

O texto sugere uma diferença entre bibliografia e ciência da bibliografia. Se por um lado a bibliografia era restrita, extraíndo dela e da bibliologia a categoria livro (biblion), as características ou as partes constituintes dessa categoria poderiam ser aplicadas a qualquer tipo de documento, permitindo assim a análise e a representação das unidades de informação dos documentos. Com isso, assentavam-se as bases para a construção teórica da ciência proposta. Em contrapartida, a documentação aparece como

um saber prático na medida em que viabiliza a organização das informações dos documentos. Em sentido lato, seria a organização do novo mecanismo representado pelas fichas (cartões) e seus catálogos. Assim, a finalidade dos novos mecanismos de acesso aos documentos era a maximização de recursos para maior efetividade da localização do documento. Finalmente, cabe destacar que o propósito de Otlet na construção desse novo saber-fazer, longe de se iniciar a partir de uma construção teórica, configura-se em um dinamismo entre teoria e prática que exclui qualquer relação de causa e efeito.

Quando Otlet aloca dentro do conceito de organização do conhecimento os aspectos externos de um saber documentário, ele, embora de modo não proposital, apresenta justamente os meios pelos quais agiu para a construção do que posteriormente viria a ser a ciência da documentação. Propomos que Otlet tenha feito o caminho inverso, uma vez que ele não partiu de um conjunto de ideias iniciais, mas de uma necessidade real – o acesso à informação. É curioso perceber que, já no início do século XX, Otlet se preocupou com o fato de que os usuários/leitores/pesquisadores/profissionais buscavam, efetivamente, informações, fatos e ideias que propiciassem algum tipo de conhecimento.

A questão da documentação europeia e americana é um problema que ainda merece maior atenção. Ainda em 1976, Shera reconhecia o trabalho pioneiro de Otlet e La Fontaine no intento de criar um catálogo universal, usando como base o sistema de Classificação Decimal de Dewey e como produto o sistema de Classificação Decimal Universal. Porém deve ser considerado que foi no lento desenvolvimento da organização do trabalho bibliográfico que sua contribuição se manifestou. Os diferentes tipos de bibliografias constituíram uma rede de catálogos compartilhados em diversos níveis, devendo-se reconhecer que graças às bibliografias se resolveram problemas de comunicação científica.

Assim, poderíamos afirmar que existe um percurso entre a biblioteconomia e a documentação trilhado pelo descompasso de suas aproximações e afastamentos.

Documentation emerged from librarianship in the turn of twentieth century to meet the problem of retrieving from a rapidly rising tide of printed precise information, or data, needed by contemporary scholarship, particularly in the sciences. During its first decades documentation depended mainly on the elaboration of conventional library techniques in classification, indexing, and abstracting (SHERA, 1976 p. 109).

No entanto, na década de 1930, bibliotecários começaram a questionar seriamente a real eficácia das técnicas desenvolvidas pelos documentalistas. Para fundamentar suas dúvidas, os bibliotecários começaram a lançar mão de métodos vindos de outras disciplinas, como as ciências sociais, especialmente da estatística. Depois da Segunda Guerra, a mecanização foi introduzida para facilitar a análise de assuntos nos materiais gráficos. Tal fato permitiu que a documentação no primeiro momento se desenvolvesse nos EUA de maneira rápida e paralela à biblioteconomia. Mas também existiu, de forma lenta, a absorção das técnicas documentais pela biblioteconomia, em especial nas bibliotecas especializadas. Provavelmente, de todos esses experimentos, aquele que mais contribuiu para a biblioteconomia foi o fato de se começar a prestar mais atenção aos sistemas

The growth of library networks, as well as the new methods of file organization, is a comparatively recent phenomenon and one that may be expected to have important implications for future library development (SHERA, 1976 p. 110).

A apresentação de Shera (1976) acerca da documentação e sua relação com a biblioteconomia reforça a ideia da difícil absorção dos princípios europeus, mais preocupados, tal como anunciamos anteriormente, com a recuperação, enquanto a tradição biblioteconômica americana voltou seu olhar para os princípios internos do trabalho em bibliotecas.

Embora os fins fossem os mesmos, a diferença estava na ênfase: os europeus com o produto final e os americanos com a elaboração dos princípios que facilitassem de forma econômica o acesso a esses produtos – no caso a organização do conhecimento e a classificação como seu meio de consecução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando nossa apresentação, optamos por percorrer um caminho inverso, isto é, evitamos começar por uma suposta origem. Nesse sentido, iniciamos nosso texto apresentando uma preocupação e uma discussão atual dentro do seio da ISKO, uma instituição relativamente recente, criada a partir da emergência de inquietação surgida pela configuração de nova realidade teórica. Em outras palavras, começa a se delinear um objeto que, embora nasce dentro da biblioteconomia, começa a ser delimitado a partir da ideia de organização e de conhecimento. Isso significa o deslocamento da informação para o conhecimento e de processos específicos, como a classificação, para abordagem mais abrangente, que é a organização, conceitos correlatos, embora diferentes na sua abordagem, no seu método e na sua finalidade.

A saída de Dahlberg da Society for Classification pode ser considerada como manifestação de um incômodo de pertencimento. Na medida em que suas ideias não encontraram mais um espaço de manifestação, Dahlberg propôs a criação de outra instituição. Assim, o novo lugar foi não unicamente produto ou materialização das suas ideias, mas também o lugar que respaldou e validou suas enunciações. Consideramos o artigo de 1993 como a marcação de futuros caminhos a serem seguidos para nova configuração de um objeto científico, dessa forma, além de ser uma síntese inicial, o artigo também pode ser considerado como uma “declaração de princípios”.

Pretendemos que as associações entre as ideias de Dahlberg, a ISKO enquanto instituição e os meios de comunicação dos debates (congressos, periódicos e universidade), sejam interpretados não de modo linear, numa relação cronológica ou de causa e efeito, mas como agenciamentos simultâneos ora associativos, ora excludentes. Portanto, foram também escopo de nossa análise os textos de Hjørland (2003, 2008), à medida que, a partir dos enunciados de Dahlberg, contribuíram para a abertura de novas frentes de problemas que, futuramente abordadas, configuram-se hoje como uma discursividade científica em “ebulição”.

Ao abordarmos os enunciados de Dahlberg e Hjørland nos indagamos a respeito do momento da instauração de seus discursos, assim, decidimos que uma volta às origens seria através da retomada dos textos de Bliss e do artigo de Otlet.

Assim, no primeiro momento, descobrimos que Dahlberg explicitamente reconhece Bliss como pioneiro da organização do conhecimento. Existe nisso clara intencionalidade na volta às origens, a qual implica uma redescoberta e uma reatualização. Pressupõe-se que na instauração de um discurso essa movimentação se deva a um esquecimento prévio. Nesse sentido, trazer Bliss de volta não é simplesmente uma positividade, pelo contrário, significa suprir as faltas, os silêncios desse autor sobre um problema que na atualidade se apresenta como um motivo indagador. Faz parte da instauração do discurso essa dinâmica do silêncio, e justamente por acreditarmos que existam lacunas, que novos enunciados venham ao seu encontro para suprir essas faltas, modificando, ao mesmo tempo, o discurso.

Consideramos a relação entre Dahlberg e Bliss uma ligação de reatualização baseada nas fundamentais contribuições que a classificação trouxe para a configuração teórica da organização do conhecimento.

De certa forma, Dahlberg reinsere, explícita e implicitamente, as ideias de Bliss, fazendo com isso a delimitação de um novo estatuto para o autor enquanto instaurador de uma discursividade. Explicitando, Dahlberg amplia, reformula e exclui o Bliss para o enunciado que vai da classificação à organização do conhecimento.

Existe outro aspecto da volta às origens, que chamaríamos de aproximação exterior, isto é, da redescoberta de um autor ou de um enunciado específico desse autor. Esse movimento se configura a partir de uma interpretação que o presente faz do passado. Em outras palavras, de uma codificação retrospectiva do olhar histórica. Na leitura de Hjørland percebemos que, quando ele propõe um *narrow* e um *broader meaning* para a organização do conhecimento, fortalece as propostas de

Dahlberg, ao mesmo tempo em que amplia seu olhar para o aspecto da organização social do conhecimento, proposta por Bliss em 1929. Cientes de nosso olhar retrospectivo, percebemos que começa a se delinear outra preocupação (por sinal, evidente no último congresso da ISKO, na Índia) acerca da recuperação da informação como elemento capital dentro da organização do conhecimento. Notadamente, esse foco na recuperação da informação já se encontra presente nos enunciados de Otlet. No artigo de 1903, quando Otlet menciona o termo organização do conhecimento, seu significado diz respeito ao entorno exterior da ciência. Isto é, são as instituições, associações etc., que organizam o conhecimento. Nesse sentido, pelos próprios elementos de compatibilidade discursiva, essa proposta não se articula com o discurso da ISKO. No entanto, existe sim uma resignificação do autor quando Hjørland, desde a perspectiva de um *broader meaning*, contempla esses aspectos na construção de um saber. E também quando ele, de certa forma, incorpora a questão da ênfase na busca e na recuperação da informação, pivô do discurso da documentação de Otlet.

Para a ISKO a organização do conhecimento é um fenômeno de mão dupla. Se por um lado existe uma organização social manifestada pela sociedade como um todo, tal como acontece no campo biológico, e que se faz também determinante para a existência do conhecimento, por outro lado a organização do conhecimento é um dispositivo que serve para a própria organização da sociedade e de suas organizações. Para Otlet, existe o documento e suas unidades informativas, e cabe à documentação extrair e disponibilizar tais informações para o eficaz acesso à informação. Sendo o conhecimento uma esfera dentro da qual os documentos são necessários para a sua perpetuação, cabe às associações organizar o conhecimento e à *documentação* agir dentro dos campos dessa organização prévia.

Finalizando, gostaríamos de ressaltar que as associações aqui apresentadas configuram-se como o resultado de um exercício reflexivo e interpretativo

que, longe de pretender a construção de um discurso linear e cronológico, buscou estabelecer ligações discursivas na dinamicidade de seus possíveis agenciamentos. Sob a luz da abordagem aqui adotada, a qual deixa clara que a intencionalidade do autor não é premeditada para instaurar o discurso, concluímos que Dahlberg outorga um estatuto especial à obra de Bliss, o que, dentro de nossa ótica, implica que ela, e autores posteriores, desdobraram o pensamento e a aplicabilidade dessa obra, instaurando Bliss como fundador de um discurso apropriado e reinterpretado pela ISKO.

A respeito do pensamento de Otlet, verificamos que ele não é fundador de um discurso no qual se articule a organização do conhecimento tratada no âmbito da ISKO. Porém, podemos perceber sim uma aproximação de sua obra no que diz respeito à questão da recuperação da informação, presente nos enunciados de Hjørland. Nesse sentido, se Otlet não instaura, como Bliss, o discurso da organização do conhecimento, ele pode vir a contribuir e se associar com o discurso fomentado pela ISKO. Não obstante, o termo organização do conhecimento fosse originalmente cunhado por Otlet.

REFERÊNCIAS

- ALBRECHTSEN, H. Software concepts: knowledge organization and the human interface. In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE: tools for knowledge organization and the human interface, 1., 1990, Frankfurt. *Proceedings...* Frankfurt/Main: Indeks, 1990. P. 48.
- ANDERSEN, J.; SKOUVING, L. Knowledge organization: a sociohistorical analysis and critique. *Library Quarterly*, v. 76, n. 3, p. 300-322, 2006.
- ANSTEISSON, J. Dilemmas of classification. *Library Quarterly*, v. 4, n. 2, p. 136-147, 1934.
- BLISS, H.E. As to a Philosophy for librarianship. *Library Quarterly*, v. 5, n. 2, p. 232-235, 1935.
- _____. *The organization of knowledge in libraries and the subject-approach to books*. New York: H. W. Wilson, 1933.
- _____. *The organization of knowledge and the system of the Sciences*. New York: H. Holt, 1929.
- _____. The problem and the theory of library classification. *Bulletin of American Library Association*, v. 11, n. 4, p. 200-202, 1917.
- DAHLBERG, I. Current trends in knowledge organization. In: GARCIA, Marco F. J. (Org.). *Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1995. P. 7-25.
- _____. Knowledge organization: its scope and possibilities. *Knowledge Organization*, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.
- _____. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.
- DOUSA, T.M. Facts and frameworks in Paul Otlet's and Julius Otto Kaiser's theories of knowledge organization. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*, v. 36, n. 2, p. 19-25, Dec./Jan. 2010.
- FOSKETT, A.C. *A abordagem temática da informação*. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed.UnB, 1973.
- GARCIA, S. M. M.; Luz, G. M. S. Knowledge organization for query elaboration and support for technical response by the internet. In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE: dynamism and stability in knowledge organization, 6., 2000, Würzburg. *Proceedings...* Würzburg: Ergon, 2000. P.189.
- GÁRCIA GUTIÉRREZ, A.L. Knowledge organization from a culture of the border: towards a transcultural ethics of mediation. In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE: challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries, 7., 2002, Würzburg. *Proceedings...* Würzburg: Ergon, 2002. P.518.
- GREEN, R. Conceptual universals in knowledge organization and representation. In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE: challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries, 7., 2002, Würzburg. *Proceedings...* Würzburg: Ergon, 2002. P.15.
- HJORLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. *Knowledge Organization*, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.
- _____. What is knowledge organization (KO)? *Knowledge Organization*, v. 35, n. 3/2, p. 86-111, 2008.
- KENT, R.E. The information flow foundation for conceptual knowledge organization In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE: dynamism and stability in knowledge organization, 6., 2000, Würzburg. *Proceedings...* Würzburg: Ergon, 2000. P. 111.
- MCPHERSON, H. The philosophy of classification and classifying. *Library Quarterly*, v. 9, n. 3, p. 321-331, 1939.
- OHLY, H.P. Knowledge organization pro retrospective In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE: culture and identity in knowledge organization, 10., 2008, Würzburg. *Proceedings...* Würzburg: Ergon, 2008. P. 210.
- OTLET, P. The science of bibliography and documentation. In: RAYWARD, W. B. (Ed.). *International organization and dissemination of knowledge: selected essays of Paul Otlet*. Amsterdam: Elsevier, 1990. P. 71-86.
- PIEDEDE, M.A.R. *Introdução à teoria da classificação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência. 1983.
- RAYWARD, W.B. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International federation for Information and Documentation (FID). *Journal of the American Society for Information Science*, v. 48, n. 4, p.289-300, 1997.
- SALES, R. *A presença de Kaiser no quadro teórico do tratamento temático da informação*. 2012. 190 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- SHERA, J.H. *Introduction to Library Science: basic elements of library service*. Littleton: Libraries Unlimited Inc., 1976.
- SMIRAGLIA, R.P. Perception, knowledge organization and noetic affective social tagging. In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE: paradigms and conceptual systems in knowledge organization, 11., 2010, Würzburg. *Proceedings...* Würzburg: Ergon, 2010. P. 64.
- SOUZA, R.R.; TUDHOPE, D.; ALMEIDA, M.B. The KOS spectra: a tentative faceted typology of knowledge organization systems. In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE: paradigms and conceptual systems in knowledge organization, 11., 2010, Würzburg. *Proceedings...* Würzburg: Ergon, 2010. P.122.
- ZHEREBCHEVSKY, S. Formalism in knowledge organization. In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE: paradigms and conceptual systems in knowledge organization, 11., 2010, Würzburg. *Proceedings...* Würzburg: Ergon, 2010. P. 98.